



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi
Sudoeste MT/PA**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi
Sudoeste MT/PA**

Tangará da Serra / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EY

Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: o Programa A União faz a Vida, que mesmo com as alterações no calendário escolar, manteve-se ativo nos 8 municípios, com mais de 2,6 mil horas de assessoria pedagógica online destinadas aos 413 educadores que atendem mais de 11 mil crianças. Durante o ano, a Cooperativa levou ainda o tema Educação Financeira para mais de 14 mil pessoas em formato presencial e digital, contribuindo para uma vida financeira mais saudável de associados e comunidade. Outro destaque é para o Programa Crescer, que contou com a participação de mais de 7 mil associados também em formato híbrido - presencial e digital - com uma grande novidade lançada em 2020: o Crescer Digital. Uma plataforma digital em formato gameficado, onde o associado acessa e trilha um percurso interativo com informações sobre o cooperativismo e estrutura do Sicredi.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Expansão do atendimento com inauguração de 6 novas agências: Agência Cidade Alta em Tangará da Serra, Agência em Porto Estrela, Agência em Abel Figueiredo, Agência em Ulianópolis, Agência em Santana do Araguaia e Agência em Ourilândia do Norte. Junto com as outras 34 agências, a Cooperativa conquistou em 2020 mais de 20 mil novos associados, chegando ao total de 101 mil associados. Outras 4 cidades no Pará já estão com escritórios de negócio promovendo a inclusão financeira e levando o cooperativismo de crédito para mais pessoas.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos o atendimento remoto, seja por chadada de voz, contato por whatsapp, mensagens ou chamadas de vídeo. Medidas de prevenção foram e continuam sendo adotadas para reduzir contato e evitar contágio, como a instalação de pias para lavagem das mãos no ambiente externo de algumas agências; instalação de tendas para evitar aglomeração do interior das agências e oferecer um ambiente minimamente confortável aos associados que necessitavam de produtos e serviços da estrutura física; distanciamento entre cadeiras de espera; instalação de dispensers de álcool gel; e demais medidas necessárias. As equipes internas também receberam todo o cuidado e auxílio para continuarem desempenhando suas atividades com segurança, como acompanhamento permanente, entrega de kit com máscaras, orientações e comunicados constantes e apoio psicológico. Colaboradores pertencentes a grupos de risco foram para home office, assim como outros colaboradores em formato de rodízio, garantindo a preservação da equipe como um todo. Além de todas outras ações de acompanhamento e monitoramento de casos internos e externos, com mapeamento da incidência em cada cidade e adoção das medidas necessárias para cada situação, conforme protocolos estabelecidos.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.832.793	1.824.818	PASSIVO		2.367.636	1.456.783
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	25.509	40.286	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.645.675	1.002.006
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.783.629	1.773.358	Depósitos à vista		665.821	335.161
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	10.438	16.624	Depósitos interfinanceiros		79.386	79.520
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	650.449	158.466	Depósitos a prazo		900.468	587.325
Centralização financeira	(Nota 04)	518.198	280.916	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		564.279	348.671
Relações interfinanceiras ativas		799	722	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	537.229	325.644
Operações de crédito	(Nota 07)	1.494.594	1.247.104	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	10.391	10.338
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	109.151	69.526	Obrigações por repasses	(Nota 15)	3.455	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 08)	(87.558)	(91.482)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	13.204	12.689
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	30.203	35.890	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	403	365
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	37.554	29.398	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	157.279	105.741
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	36.241	29.632	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	465.157	368.035
INTANGÍVEL	(Nota 11)	7.215	7.736	CAPITAL SOCIAL		179.722	164.681
				RESERVAS DE SOBRAS		238.868	173.205
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		46.567	30.149
				Sobras acumuladas		46.612	30.194
				Perdas de exercícios anteriores - incorporação		(45)	(45)
TOTAL DO ATIVO		2.832.793	1.824.818	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.832.793	1.824.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	130.852	264.259	229.780
Operações de crédito	(Nota 08)	124.089	253.847
Resultado títulos e valores mobiliários		6.763	10.412
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(37.542)	(90.025)	(95.546)
Operações de captação no mercado	(9.228)	(21.409)	(32.958)
Operações de empréstimos e repasses	(10.128)	(24.364)	(20.165)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 08)	(18.186)	(44.252)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	93.310	174.234	134.234
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(26.813)	(49.065)	(38.076)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	36.806	66.391	49.884
Rendas de tarifas bancárias	12.051	22.295	17.831
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(26.765)	(50.747)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(33.955)	(63.409)
Dispêndios e despesas tributárias	(499)	(1.580)	(1.932)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	11.975	24.538
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(26.426)	(46.553)
RESULTADO OPERACIONAL	66.497	125.169	96.158
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.957)	(3.310)	(5.921)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	62.540	121.859	90.237
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	391	(2.568)	(2.098)
Provisão para Imposto de Renda	272	(1.589)	(1.284)
Provisão para Contribuição Social	119	(979)	(814)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(6.209)	(10.093)	(7.262)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	56.722	109.198	80.877

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	138.495	124.477	23.817	286.789
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(14.120)	(14.120)
Destinações para reservas	-	9.527	(9.527)	-
Outras destinações	-	-	(170)	(170)
Saldo de incorporação	16.503	10.737	(10.127)	17.113
Capital de associados				
Aumento de capital	11.605	-	-	11.605
Baixas de capital	(10.583)	-	-	(10.583)
Reversões de reservas	-	(10.082)	10.082	-
Resultado do período	-	-	80.877	80.877
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.019)	(3.019)
Reserva legal - Estatutária	-	27.175	(27.175)	-
Juros sobre o capital próprio	8.661	-	(9.118)	(457)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	11.371	(11.371)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	164.681	173.205	30.149	368.035
Mutações do Período	26.186	48.729	6.332	81.247
Saldos no início do período em 01/01/2020	164.681	173.205	30.149	368.035
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(17.962)	(17.962)
Destinações para reservas	-	12.078	(12.078)	-
Outras destinações	-	-	(154)	(154)
Capital de associados				
Aumento de capital	15.620	-	-	15.620
Baixas de capital	(4.804)	-	-	(4.804)
Resultado do período	-	-	109.198	109.198
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(4.662)	(4.662)
Reserva legal - Estatutária	-	41.951	(41.951)	-
Juros sobre o capital próprio	4.225	-	(4.339)	(114)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	11.634	(11.634)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	179.722	238.868	46.567	465.157
Mutações do Período	15.041	65.663	16.418	97.122
Saldos no início do período em 01/07/2020	168.226	185.283	52.431	405.940
Capital de associados				
Aumento de capital	9.728	-	-	9.728
Baixas de capital	(2.457)	-	-	(2.457)
Resultado do período	-	-	56.722	56.722
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(4.662)	(4.662)
Reserva legal - Estatutária	-	41.951	(41.951)	-
Juros sobre o capital próprio	4.225	-	(4.339)	(114)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	11.634	(11.634)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	179.722	238.868	46.567	465.157
Mutações do Período	11.496	53.585	(5.864)	59.217

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	56.805	110.050	106.900
Resultado do semestre/exercício	56.722	109.198	80.877
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	83	852	26.023
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.116)	(3.924)	15.697
Provisão para desvalorização de outros ativos	961	351	6.094
Depreciação e amortização	4.727	8.936	7.031
Baixas do ativo permanente	47	113	375
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	126	38	(155)
Destinações ao FATES	(4.662)	(4.662)	(3.019)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	18.802	143.162	(194.709)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.672	6.186	(11.432)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(232.442)	(491.983)	(158.466)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	19.205	(77)	350
(Aumento) em operações de crédito	(213.460)	(247.490)	(258.831)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	113.602	211.585	18.210
(Aumento) em outros ativos financeiros	(40.657)	(39.625)	(22.647)
Redução em outros ativos	4.039	5.336	1.466
Aumento em depósitos	299.326	643.669	209.052
Aumento em passivos financeiros	712	515	3.261
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	652	3.508	3.529
Absorção de dispêndios pelo FATES	(304)	(1.414)	(2.213)
Aumento em outros passivos	63.457	52.952	23.012
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	75.607	253.212	(87.809)
Aquisição de investimentos	(5.142)	(8.156)	(3.014)
Aquisição de imobilizado de uso	(7.567)	(13.235)	(8.055)
Aplicações no intangível	(1.085)	(1.902)	(1.000)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(13.794)	(23.293)	(12.069)
Integralização de capital	9.728	15.620	11.605
Baixa de capital	(2.457)	(4.804)	(10.583)
Juros ao capital próprio	(114)	(114)	(457)
Distribuição de Sobras	-	(18.116)	(14.290)
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporação	-	-	65.331
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	7.157	(7.414)	51.606
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	68.970	222.505	(48.272)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	474.737	321.202	369.474
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	543.707	543.707	321.202

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	56.722	109.198	80.877
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	56.722	109.198	80.877

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 31/03/1989 e sede situada na Rua Neftes de Carvalho, 489-S, na cidade de Tangará da Serra - Mato Grosso . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 38 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 08;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	25.509	40.286
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	518.198	280.916
Total	543.707	321.202

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Cooperativas	-	-	-	-	5.474	
DI entre Banco e Cooperativa	-	3.709	6.729	10.438	11.150	
Total	-	3.709	6.729	10.438	16.624	
Total circulante			3.709		5.474	
Total não circulante			6.729		11.150	

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - outros	-	31.230	6.225	37.455	-	
Cotas de fundos de renda fixa	-		-	-	8.464	
Cotas de fundos multimercado	613.429		-	613.429	150.002	
(-) Provisão de desvalorização	-	(355)	(80)	(435)	-	
Total	613.429	30.875	6.145	650.449	158.466	
Total circulante				644.304	158.466	
Total não circulante				6.145	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associado desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	21.323	143.947	305.012	346.900	817.182	743.124
Financiamentos	485	24.505	101.958	146.330	273.278	188.435
Financiamentos rurais e agroindustriais	588	35.047	252.091	116.408	404.134	315.545
Total das operações de crédito	22.396	203.499	659.061	609.638	1.494.594	1.247.104
Avalias e fianças honrados	542	-	-	-	542	1.022
Devedores por compra de valores e bens	-	182	635	1.116	1.933	629
Títulos e créditos a receber	-	74.566	25.441	30	100.037	63.072
Total de outros créditos	542	74.748	26.076	1.146	102.512	64.723
Carteira total	22.938	278.247	685.137	610.784	1.597.106	1.311.827
Total circulante					986.322	881.127
Total não circulante					610.784	430.700

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	64.461	296	-	-
A	0,50	730.865	560.165	3.645	2.801
B	1,00	501.773	437.409	5.007	4.374
C	3,00	155.067	173.771	4.638	5.213
D	10,00	56.840	39.021	5.683	3.902
E	30,00	18.923	18.149	5.677	5.445
F	50,00	5.084	15.272	2.542	7.636
G	70,00	12.422	18.776	8.695	13.143
H	100,00	51.671	48.968	51.671	48.968
Total		1.597.106	1.311.827	87.558	91.482

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 435.854 (dezembro de 2019 - R\$ 315.764) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 7.072 (dezembro de 2019 - R\$ 6.238) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	15.363	136.555	229.269	253.124	634.311	536.991
Rural	588	35.047	252.092	116.408	404.135	315.545
Industrial	33	2.515	23.269	4.248	30.065	31.913
Comércio	4.025	52.975	86.432	121.482	264.914	231.342
Outros serviços	2.929	51.155	94.075	115.522	263.681	196.036
Total	22.938	278.247	685.137	610.784	1.597.106	1.311.827
Total circulante					986.322	881.127
Total não circulante					610.784	430.700

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	115.357	7,22	109.765	8,37
50 devedores seguintes	216.911	13,58	207.501	15,82
100 devedores seguintes	204.812	12,82	183.917	14,02
Demais	1.060.026	66,38	810.644	61,79
Total	1.597.106	100	1.311.827	100

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	91.482	53.536
Constituição de provisão	103.941	86.244
Reversão de provisão	(59.689)	(43.821)
Movimentação de baixados para prejuízo	(48.176)	(4.477)
Saldo final	87.558	91.482

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	82.302	177.557	169.368
Financiamentos	15.294	28.719	18.687
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.246	28.129	24.294
Outros	211	355	304
Subtotal	112.053	234.760	212.653
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	12.036	19.087	15.811
Total	124.089	253.847	228.464

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 93.562 (2019 - R\$ 33.563).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	100.037	63.072
Rendas a receber	4.430	3.397
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.933	629
Avalias e fianças honrados (Nota 07)	542	1.022
Operações com cartões	1.840	1.170
Devedores por depósitos em garantia	369	236
Total	109.151	69.526

Total circulante	108.005	69.211
Total não circulante	1.146	315

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	24.288	25.841
Adiantamentos e antecipações salariais	243	112
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	439	284
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.257	1.341
Impostos e contribuições a compensar	101	72
Cotas de consórcio	2.734	4.879
Pendências a regularizar	554	1.085
Outros	587	2.276
Total Circulante	30.203	35.890

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	34.681	35.896
Imóveis	33.867	34.964
Veículos e afins	814	760
Máquinas e equipamentos	-	140
Outros bens não de uso próprio	-	32
Despesas antecipadas	94	81
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(10.487)	(10.136)
Total Circulante	24.288	25.841

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(10.136)	(3.346)
Saldo de incorporação	-	(696)
Constituição de provisão	(4.270)	(6.333)
Reversão de provisão	3.919	239
Saldo final	(10.487)	(10.136)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	15.891	14.092
Sicredi Participações S.A.	21.659	15.302
Outras participações e investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Total	37.554	29.398

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	7.242.550 ON	5.684.523 ON	4	4	15.891.135	14.091.647
Percentual de participação	14.416.288 PN	11.848.017 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	1.84%	1.67%	2,68%	2,68%	10,79%	11,17%
Patrimônio líquido	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Resultado líquido do exercício	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Valor do investimento	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
	21.659	15.302	4	4	15.891	14.092

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	65.419	(29.178)	36.241	29.632
Imobilizações em curso	-	2.626	-	2.626	1.586
Terrenos	-	120	-	120	120
Edificações	4%	7.132	(1.475)	5.657	5.815
Instalações	10%	5.119	(1.925)	3.194	2.911
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	22.536	(12.148)	10.388	9.222
Móveis e equipamentos	10%	11.799	(4.574)	7.225	4.890
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.991	(784)	1.207	807
Equipamentos de processamento de dados	20%	12.919	(7.851)	5.068	4.025
Veículos	20%	1.177	(421)	756	256
 Intangível		 18.662	 (11.447)	 7.215	 7.736
Investimentos Confederação		18.662	(11.447)	7.215	7.736

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020			31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	665.821	-	-	665.821
Depósitos interfinanceiros	12.619	66.767	-	79.386
Depósitos a prazo	3.522	2.146	894.800	900.468
Total	681.962	68.913	894.800	1.645.675
 Total circulante				750.875
Total não circulante				894.800
				373.323
				628.683

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	537.224	325.644
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5	-
Total	537.229	325.644

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020			31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	32.319	308.496	143.448	484.263
Total - Recursos do Crédito Rural	32.319	308.496	143.448	484.263
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	9.462	4.044	13.506
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.527	2.256	34.672	39.455
Total - Outros Recursos	2.527	11.718	38.716	52.961
 Total circulante				355.060
Total não circulante				182.164
				281.513
				44.131

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	59	10.332	10.391	10.338
Total	-	59	10.332	10.391	10.338
Total circulante				59	6
Total não circulante				10.332	10.332

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	270	1.032	2.153	3.455	-
Total	270	1.032	2.153	3.455	-
Total circulante				1.302	-
Total não circulante				2.153	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	7.072	6.238
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	3.256	133
Recursos em trânsito de terceiros	2.876	3.109
Total circulante	13.204	9.480
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	3.209
Total não circulante	-	3.209

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020		31/12/2019
		Provável	403	365
Total			403	365
Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	365	311	(273)	403
Total	365	311	(273)	403

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 25; R\$ 3.411 e R\$ 646 (dezembro de 2019 - R\$ 16, R\$ 2.756 e R\$ 581), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	99.661	62.437
Provisão para pagamentos a efetuar	5.753	5.649
Cotas de capital a pagar	5.916	6.863
Provisão para participações nos lucros	10.314	7.722
Fundo de assistência técnica, educacional e social	6.751	3.503
Impostos e contribuições a recolher	2.979	2.173
Credores diversos	14.494	9.357
Cheques administrativos	9.639	6.428
Cobrança e arrecadação de tributos	6	380
Pendências a regularizar	1.766	1.229
Total Circulante	157.279	105.741

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	179.722	164.681
Total de associados	105.382	84.647

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 15.041 (2019 – R\$- 26.186), sendo R\$ 4.225 (2019 – R\$ 8.661) via integralização de resultados e R\$ 15.620 (2019 – R\$ 11.605), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.804 (2019 – R\$ 10.583).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,58% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.339, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	111.766	82.975
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(44.706)	(33.190)
Efeitos dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	39.792	26.437
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.736	3.647
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	380	940
Demais adições e exclusões previstas na legislação	230	68
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.568)	(2.098)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	10.438	16.624
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	650.449	158.466
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	518.198	280.916
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	3.585	3.045
Outros ativos (Nota 09)	1.257	1.708
Investimentos (Nota 10)	37.554	29.398
Intangível (Nota 11)	7.215	7.736
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	79.386	79.520
Repasses interfinanceiros (Nota 13)	537.224	325.644
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	10.391	10.338
Outros passivos (Nota 18)	94.620	61.641
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	3.256	3.342
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	10.412	1.316
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17.485	15.726
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	11.188	23.312
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.126	2.454
Operações de empréstimos e repasses	24.296	20.165
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	4.276	5.508
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	19.853	19.151

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	443	0,07%	303
Depósitos a prazo	1.013	0,11%	3.171
Operações de crédito	5.376	0,36%	3.840

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.536	4.367

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	15.471	29.147	25.831
Benefícios	5.108	10.122	8.781
Encargos sociais	6.058	11.149	9.935
Treinamentos	128	329	1.018
Total	26.765	50.747	45.565

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	1.317	2.462	2.146
Aluguéis	3.140	5.928	5.003
Comunicação	1.049	2.009	2.222
Manutenção e conservação	1.513	2.999	2.849
Material de expediente	656	1.132	901
Processamento dados	1.129	1.912	1.243
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	2.793	5.405	5.265
Serviços do sistema financeiro	3.585	6.471	5.615
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	6.198	9.641	5.634
Serviços de vigilância e segurança	1.678	3.150	2.735
Serviços de transportes	2.311	4.802	4.276
Depreciação	3.337	6.512	5.176
Amortização (Rateio Confederação)	1.390	2.424	1.857
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	304	1.414	2.213
Emolumentos e taxas diversas	564	1.345	1.346
Outras despesas administrativas	2.991	5.803	7.152
Total	33.955	63.409	55.633

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES e demais fundos constituídos	303	1.413	2.213
Recuperação de encargos e despesas	1.321	2.179	3.854
Ingressos depósitos intercooperativos	4.565	10.400	22.789
Reversão de provisões operacionais	1.412	3.797	2.986
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.917	3.755	3.629
Reversão de provisões para passivos contingentes	94	273	473
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.290	1.290	-
Outras rendas operacionais	1.073	1.431	424
Total	11.975	24.538	36.368

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	6.075	10.043	5.878
Contribuições Cooperativistas	71	143	161
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.046	2.521	2.652
Contribuição Confederação Sicredi	7.931	14.996	13.439
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.408	2.826	2.651
Encargos da administração financeira	3	7	123
Repasso Administradora de Cartões	-	227	551
Provisões para garantias financeiras prestadas	3.354	4.589	3.992
Provisões para passivos contingentes	220	311	318
Outras provisões operacionais	928	1.732	1.534
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.962	6.056	3.049
Risco operacional	565	964	1.411
Juros e comissões	16	20	51
Outras despesas operacionais	847	2.118	3.219
Total	26.426	46.553	39.029

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	435.758	315.646
Coobrigações em cessões de crédito	96	118
Total	435.854	315.764

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	457.942	361.636
Nível I (NI)	457.942	360.299
Capital principal - CP	457.942	360.299
Capital social	179.722	164.681
Reservas de capital	238.868	173.205
Lucros acumulados	46.567	30.149
Ajustes Prudenciais	(7.215)	(7.736)
Nível II (NII)	-	1.337
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	-	1.337
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.110.277	1.637.182
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	361	4.837
Margem de Capital	262.380	184.895
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,70%	22,09%
Situação de Imobilização (Imob)	36.246	29.636
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,91%	8,20%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

João Coelho Pinheiro
Diretor Executivo
CPF: 329.782.941-91

Elisangela Dalmolin Do Amaral Moura
Diretora de Operações
CPF: 819.625.841-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Tangará da Serra / Mato Grosso, 12 de fevereiro de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Claudio Giuseppe Terzi
Conselheiro

Luiz Carlos Da Silva
Conselheiro

Marcialdo Silvio Justiniano
Conselheiro